

SUBDELEGAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS VEREADORES, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, DA CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHO

- *Considerando as áreas de intervenção (Pelouros) dos Srs. Vereadores, em regime de tempo inteiro, por mim definidas por despacho, datado de 2021-02-12;*
- *Considerando as competências que a Câmara Municipal em mim delegou, em reunião realizada a 2017-11-02;*
- *Considerando que, no âmbito da deliberação antes referida, foi concedida a possibilidade de poder subdelegar essas competências, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), pelo presente despacho, defino:*
 - a) as **Instruções** vinculativas para os subdelegados e delegados de competências;
 - b) as **Subdelegações** de competências nos Vereadores em regime de tempo inteiro;
 - c) as **Delegações** de competências nos Vereadores em regime de tempo inteiro.

A)

QUANTO ÀS INSTRUÇÕES VINCULATIVAS

1.ª Instrução

Ao nível da realização de despesas, pugnar pelo **cumprimento rigoroso** dos procedimentos técnico-administrativos legais a que o município está sujeito, bem como respeitar a estrutura funcional dos serviços municipais.

2.ª Instrução

Sempre que o valor seja acima da competência própria do presidente da câmara (acima de 150.000,00€), a competência concedida no ponto 2.4, alínea f) carece, **sempre**, de prévio conhecimento do presidente da câmara.

3.ª Instrução

Com a periodicidade mensal, por relatório, remeter, ao gabinete da presidência, as decisões tomadas no âmbito das subdelegações e delegações, ora, concedidas.

4.ª Instrução

Dar instruções aos serviços municipais para, nos atos praticados ao abrigo deste despacho, dar-se cumprimento à formalidade prevista no artigo 48.º, n.º 1 do CPA – “O *órgão delegado ou subdelegado deve mencionar essa qualidade no uso da delegação ou subdelegação.*”

B)

No Vereador, em regime de tempo inteiro, **Rui Alexandre Serapicos Vilarinho**, subdelego as seguintes competências:

a) Em consonância com a estrutura orgânica da câmara municipal, competência para superintender os serviços municipais cujas áreas de intervenção lhe foram atribuídas.

b) No âmbito das áreas de intervenção (pelouros) atribuídas:

i) Genericamente, despachar todos os assuntos correntes, bem como executar as deliberações da câmara municipal e eventuais despachos e orientações que, por mim, venham a ser determinados com as mesmas relacionadas.

ii) Ao abrigo da deliberação da câmara municipal, tomada em 2017-11-02, no que se refere ao ponto G da proposta aprovada, competência para praticar todos os atos da competência da câmara municipal constantes de regulamentos municipais em vigor que disciplinem matérias referentes às áreas de intervenção atribuídas.

iii) Decorrentes das ações implementadas nas áreas que lhe foram distribuídas e no âmbito da aquisição de bens e serviços e empreitadas, autorizar a realização (cabimentação, requisição) de despesas orçamentadas até ao montante delegado pela câmara municipal (ponto B, alíneas *iii*) e *iv*) da aprovada).

iv) Decorrentes das áreas que lhe foram atribuídas, a prática de todos os atos necessários abrangidos pelas seguintes competências previstas no artigo 33.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se discriminam:

f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 748 196,85;

r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

y) Exercer o controlo prévio relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;

dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;

jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados novíços;

kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município.

Quanto às delegações, delego as seguintes competências:

No âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes competências:

Artigo 35.º, n.º 1:

f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, no limite legal do presidente da câmara;

g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite legal do presidente da câmara, com exceção das referidas no n.º 2 do artigo 30.º;

l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;

Artigo 35.º, n.º 2:

e) Promover a execução, por administração direta ou empreitada, das obras, bem como proceder à aquisição de bens e serviços;

h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

m) Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

p) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas.

Competência para praticar todos os atos da competência do presidente da câmara constantes de regulamentos municipais em vigor que disciplinem matérias referentes às áreas de intervenção atribuídas.

B)

Na Vereadora, em regime de tempo inteiro, **Sónia de Jesus Afonso Salomé**, subdelego as seguintes competências:

a) Em consonância com a estrutura orgânica da câmara municipal, competência para superintender os serviços municipais cujas áreas de intervenção lhe foram atribuídas.

b) No âmbito das áreas de intervenção (pelouros) atribuídas:

i) Genericamente, despachar todos os assuntos correntes, bem como executar as deliberações da câmara municipal e eventuais despachos e orientações que, por mim, venham a ser determinados com as mesmas relacionadas.

ii) Ao abrigo da deliberação da câmara municipal, tomada em 2017-11-02, no que se refere ao ponto G da proposta aprovada, a competência para praticar todos os atos da competência da câmara municipal constantes de regulamentos municipais em vigor que disciplinem matérias referentes às áreas de intervenção atribuídas.

iii) Decorrentes das ações implementadas nas áreas que lhe foram distribuídas e no âmbito da aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, autorizar a realização (cabimentação, requisição) de despesas orçamentadas até ao montante delegado pela câmara municipal (ponto B, alíneas *iii*) e *iv*) da proposta aprovada).

iv) Decorrentes das áreas que lhe foram atribuídas, a prática de todos os atos necessários abrangidos pelas seguintes competências previstas no artigo 33.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se discriminam:

f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 748 196,85;

r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;

dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Quanto às delegações, delego as seguintes competências:

No âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes competências:

- Artigo 35.º, n.º 1:

f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, no limite legal do presidente da câmara;

g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite legal do presidente da câmara, com exceção das referidas no n.º 2 do artigo 30.º;

l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos.

- *Artigo 35.º, n.º 2:*

d) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

e) Promover a execução, por administração direta ou empreitada, das obras, bem como proceder à aquisição de bens e serviços;

h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

m) Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

- Competência para praticar todos os atos da competência do presidente da câmara constantes de regulamentos municipais em vigor que disciplinem matérias referentes às áreas de intervenção atribuídas.

O presente despacho produz efeitos a 15 de fevereiro de 2021.

Macedo de Cavaleiros, 12 de fevereiro do ano de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues)